



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**Requerimento Nº        de 2019.**  
**(Da Sra. Alice Portugal)**

***Requer a realização de audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher destinada a debater a participação das mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.***

Senhora Presidente,

Estudo publicado em 2017 pela Elsevier, maior editora científica do mundo, revela que, nos últimos 20 anos, a proporção de mulheres que publicam artigos científicos – principal forma de avaliação na carreira acadêmica – cresceu 11% no Brasil. Os dados mostram que, dentre os países pesquisados, Brasil e Portugal são os que mais contam com autoras em trabalhos científicos (49% do total), quase a mesma quantidade que os pesquisadores homens.

O relatório, com dados de 2011 a 2015, mostra um notável avanço no Brasil, uma vez que no período anterior, 1996 a 2000, apenas 38% dos autores de artigos eram mulheres. Somente a Austrália mostrou crescimento semelhante.

As mulheres se destacam nas publicações de medicina no país: uma em cada quatro estudos publicados na área por pesquisadores brasileiros tem uma cientista como principal autora. Iniciativas como o Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005 e fruto de grupo interministerial composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Educação (MEC), contribuíram para o



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

incremento da participação de mulheres no campo das ciências e das tecnologias.

Contudo, ainda que haja uma predominância de mulheres nos cursos de graduação em saúde, o mesmo não ocorre nas funções de direção dos órgãos de fomento. Persiste a predominância de homens nesses cargos, assim como coordenando a maioria dos estudos financiados. Na área da criança, esse panorama é ainda mais dramático, sendo poucos os estudos financiados que têm à frente da equipe mulheres pesquisadoras.

Estudo que analisou a distribuição as chamadas Bolsas de Produtividade de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) revela que, do total de 4.859 bolsas no período para áreas de conhecimento dentro das ciências exatas, apenas 976 (20,08%) foram para pesquisadoras. Em alguns casos, as mulheres representam, proporcionalmente, menos de 5% do total de pesquisadores, como é o caso dos bolsistas em engenharia elétrica; são apenas 13 mulheres agraciadas com as bolsas no período, contra 269 pedidos aceitos feitos por homens.

No campo das ciências exatas, o número de mulheres no setor de engenharia elétrica foi de 13 para 269 homens e, nas áreas de física e matemática foram 101 mulheres para 806 homens e 29 para 271, respectivamente.

O mesmo padrão não se repete de forma tão notável nos campos das ciências biológicas e nas ciências humanas. Em alguns casos, o quadro se inverte: em enfermagem, por exemplo, foram 165 mulheres com bolsas, em comparação a apenas 8 homens. Na área da psicologia, houve 175 mulheres bolsistas, e 138 homens.

Contudo, em números absolutos, os homens continuam sendo maioria nos três campos científicos: exatas, humanas e biológicas.

- 22 áreas em ciências exatas: 976 mulheres, e 3.883 homens.
- 24 áreas em ciências humanas: 1.531 mulheres, e 1.548 homens.
- 30 áreas em ciências biológicas: 2.349 mulheres, e 3.338 homens.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), hoje, no Brasil, há 63.349 doutores bolsistas de mestrado do sexo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

masculino — 7.075 a mais que do sexo feminino. A maioria delas concentra os estudos em áreas das ciências humanas (10.856) e da saúde (10.088), enquanto eles dedicam-se às ciências sociais aplicadas (7.236), exatas e da terra (6.258).

A falta de políticas públicas efetivas voltadas para o incentivo da mulher na ciência e mesmo ações compensatórias — como bolsas de estudo e prêmios — também reforçam as desproporções.

As estatísticas mostram que, se por um lado, as mulheres têm participado cada vez mais das atividades de C&T no Brasil, por outro, elas ainda não avançam em cargos e posições de destaque e reconhecimento, com raras exceções. Mitos, discriminações, o que está por trás desse quadro? Os números certamente não dão conta de responder a essa questão, mas fornecem medidas objetivas do status das mulheres na ciência em nosso país: elas ainda estão em desvantagem num sistema controlado predominantemente por homens. Quantas mulheres são reitoras de universidades públicas (as mais importantes para o sistema de C&T)? Quantas ocupam altos cargos no Ministério de Ciência e Tecnologia ou em suas agências, como o CNPq? Quantas estão nos comitês científicos que decidem para onde e para quem vão os recursos e bolsas?

São dúvidas que precisam de respostas para um preciso diagnóstico da participação das mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico em nosso país.

No intuito de fomentar esse debate, requiro a V. Exa., nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, a realização de Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher destinada a debater a participação das mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Requiro ainda que sejam convidadas para esta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1- Dra. Nísia Trindade Lima, presidente da Fundação Oswaldo Cruz;
- 2- Dra. Marilda de Souza Gonçalves, presidente do Instituto Gonçalo Moniz/Fiocruz;
- 3- Dra. Liedi Legi Bariani Bernucci, do Conselho Superior da PAPESP, professora titular de Engenharia de Infraestrutura e Transporte na



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Universidade de São Paulo e Chefe do Laboratório de Tecnologia de Pavimentação;

- 4- Dra. Maria Fátima Grossi de Sá, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e professora da Universidade Católica de Brasília – UCB;
- 5- Dra. Vanderlan da Silva Bolzani, vice-presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.

Sala da Comissão, em      de abril de 2019.

**Alice Portugal**

Deputada Federal